

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Estratégias para a Internacionalização das Empresas

Semestre: 2020/2

Carga horária: 30

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professor: Ivan Lapuente Garrido

EMENTA

Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

Módulo I: Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)

Módulo II: Estratégias de Entrada em Mercados Externos – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas.

Módulo III: O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.

Módulo IV: o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influências institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.

Módulo V: Estudo de Caso

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.
- Estudo de Caso (1/3 da nota final)
- Trabalho final (apresentado nas últimas aulas) – 1/3 da nota final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNNING, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2008.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S. l.]: Cengage CTP, 2008.

ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.

RUGMAN, Alan M. **The oxford handbook of international business**. USA: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATEORA, P. R.; GRAHAM, JOHN L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of international Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 40, n. 9, p. 1411-1431. 2009.

OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S. l.]: Thomson, 2008.

PENG, Mike W. **Global business**. Mason, OH: South-Western Cengage Learning, 2011.

SHARMA, V. M.; ERRAMILI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice. **Journal of Marketing Theory and Practice**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 1, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Aspectos empresariais do E-Social

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121810

Professor: Cristiano Colombo

EMENTA

O sistema do E-Social, seus aspectos teóricos e legais: objetivos e conceitos do E-Social. As regras gerais para sua implantação. Fluxo de Informações. Verbas Trabalhistas e E-Social. Operacionalização do sistema do E-Social. O acesso ao sistema do E-Social e lançamento de informações. O dever empresarial com o sistema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise dos impactos nos processos internos e externos do sistema. Revisão das práticas com diferentes tipos de trabalhadores. Os processos administrativos e judiciais com impacto no recolhimento dos tributos sobre a folha de pagamento. E-Social e Segurança do Trabalho. Registro eletrônico de empregados, registros de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, afastamentos temporários e riscos ocupacionais. Os registros de estabilidade, férias e os processos de desligamento do trabalhador. Implementação do E-Social nas Empresas. Rotinas e Auditoria.

OBJETIVOS

- a) Conhecer o sistema do E-Social;
- b) Utilizar o sistema do E-Social como ferramenta de gestão empresarial;
- c) Reconhecer o sistema do E-Social na rotina da empresa, especialmente no tocante ao risco do meio ambiente laboral.

.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. **Estratégia empresarial: o desafio nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

IBRAHIM, Fábio Zambite. **Curso de direito previdenciário**. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis *et al.* **Prática processual previdenciária: administrativa e judicial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. *E-book*.

LEITÃO, André Studart. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; CARVALHO, Paulo de Barros. **Justiça econômica e social**. São Paulo: Noeses, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POMPEU, Ivan Guimarães; BENTO, Lucas Fulanete Gonçalves; POMPEU, Renata Guimarães (coord.). **Estudos sobre negócios e contratos**: uma perspectiva internacional a partir da análise econômica do Direito. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. **E-social aplicado às rotinas trabalhistas**: o novo modelo de gestão. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TIMM, Luciano Beneti (org.). **Direito e economia no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FREITAS, Rafael Vêras; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

JORGE, Társis Nametela Sarlo. **Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

LOPES JÚNIOR, Nilson Martins. **Direito previdenciário: custeio e benefícios**. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.

RUBIN, Fernando. **Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social**. São Paulo: Atlas, 2015.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de previdência social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro (coord.). **Direito previdenciário esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n. 1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Contratos Internacionais

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121800

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Teoria geral dos contratos internacionais. As principais cláusulas contratuais. Os contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro. A harmonização legislativa em matéria contratual na União Europeia e no Mercosul. O *Soft Law* e as regras da Câmara de Comércio Internacional, com especial ênfase aos INCOTERMS. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Teoria Geral dos Contratos Internacionais

- 1.1. Noção de contrato internacional. O princípio *pacta sunt servanda*.
- 1.2. Contratos entre presentes e entre ausentes. Os contratos internacionais celebrados por meios eletrônicos.
- 1.3. O princípio da autonomia da vontade das partes para a escolha do foro e da lei aplicável. Dificuldades e tendências no Brasil e no direito comparado. As possibilidades trazidas pela arbitragem internacional.

- 1.4. A lei aplicável ao contrato internacional em ausência de eleição. As regras vigentes no direito brasileiro.
- 1.5. Os limites à aplicação da lei estrangeira: fraude e ordem pública.

II - Os Contratos Internacionais nos Espaços Integrados

- 2.1. A harmonização de legislações.
- 2.2. As regras adotadas na União Europeia.
 - 2.2.1. A jurisdição internacional: Convênio de Bruxelas de 1968, Regulamento (CE) nº 44/2001 e Regulamento (UE) nº 1215/2012.
 - 2.2.2. A lei aplicável ao contrato internacional: Convenção de Roma de 1980 e Regulamento (CE) nº 593/2008.
- 2.3. As regras adotadas no Mercosul.
 - 2.3.1. O Protocolo de Buenos Aires sobre jurisdição em matéria contratual.
 - 2.3.2. O direito interno dos Estados Mercosurenhos e os contratos internacionais. Regras vinculadas à lei aplicável e à jurisdição internacional.

III - Os Contratos Comerciais Internacionais: o *soft law* e a uniformização das regras aplicáveis ao comércio exterior

- 3.1. O *soft law* e o *hard law*.
- 3.2. O papel da Câmara do Comércio Internacional no desenvolvimento do comércio exterior. Os INCOTERMS e a regulação dos contratos internacionais.
- 3.3. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais.
- 3.4. O Guia relativo ao Direito Aplicável aos Contratos Comerciais Internacionais nas Américas, da OEA.
- 3.4. As principais cláusulas nos contratos internacionais.
- 3.5. A aplicação da *lex mercatoria* pelos tribunais judiciais e arbitrais brasileiros e pelos tribunais dos Estados Partes do MERCOSUL.
- 3.6. As convenções internacionais e a uniformização das regras do comércio internacional.
 - 3.6.1. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias. Obrigações do vendedor e do comprador. A liberdade para a escolha do direito aplicável ao contrato.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.
- Análise de contratos internacionais e redação de cláusulas contratuais.
- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.

CrITÉRIOS de avaliação:

- Entrega de contrato internacional: 70%
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBORNOZ, María Mercedes. El derecho aplicable a los contratos internacionales en los Estados del MERCOSUR. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**, [s. l.], v. 42, n. 125, May./Ago. 2009.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do; VIEIRA, Luciane Klein (coord.). **El derecho internacional privado y sus desafíos en la actualidad**. Bogotá: Editorial Ibáñez, 2016.

ARAÚJO, Nádia de. **Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CRETELLA NETO, José. **Contratos internacionais do comércio**. 2. ed. Osasco: Letz TMCP, 2016.

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado: parte especial: direito civil internacional**, volume II: contratos e obrigações no direito internacional privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

GAMA E SOUZA JR., Lauro. Autonomia da vontade nos contratos internacionais no direito internacional privado brasileiro: uma leitura constitucional do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil em favor da liberdade de escolha do direito aplicável. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (org.). **O direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GOICOECHEA, Ignacio. Los instrumentos de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado que facilitan el desarrollo de los negocios internacionales y las inversiones. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], n. 5. Mar./2015. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/131>. Acesso em: 02/03/2020.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Nueva ley paraguaya de contratos internacionales: ¿regreso al pasado? **Temas actuales del derecho bancario y societario**. Asunción: Intercontinental Editora, 2015, pp. 121-201.

OFICINA PERMANENTE DE LA CONFERENCIA DE LA HAYA. Elección de la ley aplicable a los contratos del comercio internacional. ¿Principios de La Haya? *In*: BASEDOW, Jürgen; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego P.; MORENO RODRÍGUEZ, José A. (coord.). **¿Cómo se Codifica Hoy el Derecho Comercial Internacional?** Asunción: La Ley Paraguaya/CEDEP, 2010.

OLIVEIRA, Agatha Brandão de; MOSCHEN, Valesca Raizer Borges. Un enfoque crítico del sistema brasileño de derecho internacional privado y los retos de la armonización: los nuevos Principios de La Haya sobre la elección del derecho aplicable en materia de contratos internacionales. *In*: MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio; MARQUES, Cláudia Lima (coord.). **Los servicios en el derecho internacional privado**: jornadas de la ASADIP 2014. Porto Alegre: Asunción: Gráfica e Editora RJR, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; TERASHIMA, Eduardo Ono (org.). **A Convenção de Viena sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias**: desafios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes en los contratos internacionales: breves comentarios sobre el derecho argentino y brasileño. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, [s. l.], v. 1, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15730>. Acesso em: 05/03/2020.

VIEIRA, Luciane Klein; FERNANDES, Matheus Lúcio Pires. Os acordos de eleição de foro nos contratos internacionais: perspectivas a partir da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil brasileiro. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**,

[s. l.], n. 9, mar. 2017. Disponível em:
<http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/209/339>. Acesso em: 07/03/2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASELLA, Paulo Borba. Autonomia da vontade, arbitragem comercial internacional e direito brasileiro. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (org.). **O direito internacional contemporâneo**. Estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FRESNEDO DE AGUIRRE, Cecilia. De la conveniencia práctica de tener en cuenta los “Principios de Unidroit sobre los Contratos Comerciales Internacionales” en el ámbito jurídico uruguayo. **La justicia Uruguaya**, [s. l.], t. 147, marzo 2013. Disponível em: <http://www.asadip.org/v2/wp-content/uploads/2013/12/CECILIA-ABRIL-De-la-conveniencia-practica-de-tener-en-cuenta-los-Principios-de-UNIDROIT-sobre-los-Contratos-Comerciales-Internacionales-en-el-ambito-juridico-uruguayo.pdf>. Acesso em: 10/03/2020.

GAMA Jr., Lauro. **Contratos internacionais à luz dos princípios do UNIDROIT 2004**: soft law, arbitragem e jurisdição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GIMÉNEZ CORTE, Cristián. **Usos comerciales, costumbre jurídica y nueva “Lex Mercatoria” en América Latina, con especial referencia al MERCOSUR**. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2010.

HERNÁNDEZ-BRETÓN, Eugenio. “Venezuela”. In: ESPLUGUES MOTA, Carlos; HARGAIN, Daniel; PALAO MORENO, Guillermo (dir.). **Derecho de los contratos internacionales en Latinoamérica, Portugal y España**. Buenos Aires: BdeF, 2008.

MIHALI-BITTENCOURT, Gabriel. Ley aplicable a los contratos internacionales en Uruguay. In: VIEIRA, Yacyr de Aguilar (org.). **Estudios de direito comparado e de direito internacional privado**: tomos I e II. Curitiba: Juruá, 2011.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. **Derecho aplicable y arbitraje internacional**. Asunción: CEDEP/Intercontinental Editora, 2013.

MOURA, Aline Beltrame de. A autonomia da vontade na escolha da lei aplicável aos contratos de comércio internacional no Regulamento Roma I da União Europeia. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 16, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/6103/pdf>. Acesso em: 06/03/2020

PISANO, Beatriz. La autonomía de la voluntad en el derecho internacional privado paraguayo. **Revista Jurídica La Ley Paraguaya**, [s. l.], n. 1. feb. 2010. Disponível em: <https://cedep.files.wordpress.com/2009/02/autonomia-de-la-voluntad-en-el-dipr-paraguayo.pdf>. Acesso em: 12/03/2020.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; SILVA, Lucas Sávio Oliveira de. Contratos internacionais eletrônicos e o direito brasileiro: entre a insuficiência normativa doméstica e as soluções globais. *Revista Sequência*, [s. l.], n. 75, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157. Acesso em: 05/03/2020.

SAMTLEBEN, Jürgen. Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], n. 85, jan./mar. 1985.

SCOTTI, Luciana B. **Contratos electrónicos: un estudio desde el derecho internacional privado argentino**. Buenos Aires: Eudeba, 2012.

TALICE, Jorge. La autonomía de la voluntad como principio de rango superior en el derecho internacional privado uruguayo. **Liber amicorum en homenaje al profesor dr. Didier Opertti Badán**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Ano/Semestre: 2020-2

Carga horária: 30 horas-aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Professor: Dr. Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito dos Negócios Internacionais
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações

- Comércio exterior no Brasil
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados
 - OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo
- Tópicos práticos do Comércio Internacional
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Participação em atividades interativas, como questionários, seminários e semelhantes
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRETELLA NETO, José. **Curso de direito internacional econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-Book*.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009. (Serie Comércio Exterior, 2). *E-Book*

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do comércio internacional**. São Paulo: FGV, 2009. *E-Book*.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. *E-Book*.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (org.). **Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

CAPUCIO, Camila. A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos? **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, 2014 p. 336-348. Disponível em: <http://publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/3158/pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.

RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito internacional em expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-Book*.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do Estado e a unidade do direito internacional: domesticando o rinoceronte**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Direito Internacional Público e Privado do Trabalho

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121815

Professor: Luciane Klein Vieira

EMENTA

A Organização Internacional do Trabalho (OIT). Funcionamento, estrutura orgânica. Reflexos da sua atuação na formação do Direito do Trabalho, no Brasil. A teoria geral do Direito dos Tratados aplicada ao Direito Internacional do Trabalho. As especificidades da celebração e posta em vigência das convenções internacionais da OIT. A resolução do conflito de fontes. Os novos contornos das convenções da OIT pós EC nº 45/2004. O contrato internacional de trabalho. Jurisdição internacional e lei aplicável. O regime especial dos expatriados. O direito internacional privado do trabalho na União Europeia e no MERCOSUL.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I – A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

1.1. A história da criação da OIT

1.2. Competência

1.3. Estados Membros: adesão e retirada

1.4. Estrutura orgânica e forma de funcionamento: Conselho de Administração, Repartição Internacional do Trabalho, Escritórios regionais

II – O Direito produzido pela OIT: convenções e recomendações

- 2.4. Convenções internacionais vigentes
- 2.5. Especificidades da integração das convenções da OIT ao direito brasileiro, antes e depois da EC nº 45/2004
- 2.6. Resolução do conflito de fontes
- 2.7. As Convenções Fundamentais
- 2.8. A reforma trabalhista e a Convenção nº 87 da OIT
- 2.9. As recomendações da OIT

III – O contrato individual de trabalho

- 3.1. Os elementos de estrangeiria na relação de trabalho
- 3.2. Jurisdição internacional
- 3.3. Lei aplicável: *lex loci contractus*, *lex loci executionis*, norma mais favorável
- 3.4. O princípio da unidade contratual e a pluralidade de locais de prestação de trabalho
- 3.5. O direito internacional privado do trabalho na jurisprudência brasileira

IV – O regime especial dos expatriados

- 4.1. Conceito de expatriação
- 4.2. A Lei nº 7.064/1982 e a situação dos trabalhadores contratados no Brasil e dos transferidos do país para prestar serviço no estrangeiro: salário, férias, retorno ao Brasil.
- 4.3. A contratação por empresa estrangeira
- 4.4. Benefícios concedidos aos expatriados
- 4.5. Extinção, suspensão e interrupção do contrato de trabalho dos expatriados

V – O direito internacional privado do trabalho na União Europeia e no MERCOSUL

- 5.1. O contrato internacional de trabalho na União Europeia: jurisdição e lei aplicável.
- 5.2. O contrato internacional de trabalho no MERCOSUL
- 5.3. A Declaração Sociolaboral do MERCOSUL

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.

- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.
- *Paper* que será entregue ao final da disciplina.

CrITÉRIOS de avaliação:

- *Paper*: 70%;
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti. Legislação aplicável ao contrato do estrangeiro expatriado para o Brasil. In: FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de; TORRES, Daniel Bertolucci; BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti (org.). **Migração, trabalho e direitos humanos**. São Paulo: LTr, 2017. v. 1, p. 97-103.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; VILLATORE, Marco Antônio César; AFONSO, Túlio Augusto Tayano (coord.). **Direito internacional do trabalho e a organização internacional do trabalho**: trabalhadores imigrantes, refugiados e fronteiriços. Estudos em homenagem ao Prof. Dr. George Bueno Gomm. São Paulo: LTr, 2018.

CRUZ, Cláudia Ferreira. **Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a carta sociolaboral do MERCOSUL**. São Paulo: LTr, 2006.

GUNTHER, Luiz Eduardo. **A OIT e o direito do trabalho no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2013.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso básico de direito internacional público e privado do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2017.

PERES, Antônio Galvão. **Contrato internacional de trabalho**: acesso à justiça, conflitos de jurisdição e outras questões processuais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PERES, Antônio Galvão. **Contrato internacional de trabalho**: novas perspectivas. São Paulo: LTr, 2004.

ROCHA, Cláudio Jannotti da *et al.* (coord.). **Direito internacional do trabalho**: aplicabilidade e eficácia dos instrumentos internacionais de proteção ao trabalhador. São

Paulo: LTR, 2018.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

VIEIRA, Luciane Klein. La Organización Internacional del Trabajo (OIT): sus características, el modus operandi y el derecho producido. In: NEGRO, Sandra C. **Organizaciones internacionales: cuestiones actuales**. Bogotá: Ibáñez, 2018. p. 11-41.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARCELLOS, Nicole Rinaldi de. Competência judicial internacional em matéria de contratos individuais de trabalho na União Europeia: europeização das regras de conflito no Regulamento Bruxelas I reformulado. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018.

BITENCOURT, Manoela de. Aplicação da lei trabalhista no espaço: o princípio da norma mais favorável como garantia de eficácia dos direitos fundamentais dos trabalhadores no contrato internacional de trabalho. **Anais Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficacias dos direitos fundamentais**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 253-264, 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/simposiointernacionaldedireito/article/view/1562>. Acesso em: 06/02/2020.

BOUCINHAS FILHO, J. C. Reflexões sobre as normas da OIT e o modelo brasileiro de proteção à saúde e à integridade física do trabalhador. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**, [s. l.], v. 11, p. 1.355-1.364, 2012.

CASTELLO, Alejandro. Modificación de la Declaración Socio-laboral del MERCOSUR (2015): un avance en la construcción de la dimensión social del proceso de integración. **Revista IUS ET VERITAS**, [s. l.], n. 53, p. 74-88, dic. 2016. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/iusetveritas/article/viewFile/16536/16882>. Acesso em 10/03/2020.

FARAH, Gustavo Pereira. A lex loci executionis como único elemento de conexão do contrato de trabalho. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 14, n. 160, p. 22-27, out. 2002.

FERREIRA, Rafael Fonseca; ANADON, Celine Barreto. O diálogo hermenêutico e a pergunta adequada à aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil: caminhos para o processo de internacionalização da Constituição. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 175-192, 2015.

GALLON, Shalimar; FRAGA, Aline Mendonça; ANTUNES, Elaine Di Diego. Conceitos e configurações de expatriados na internacionalização empresarial. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 23, dez. 2017. Disponível em: <http://eds.b.ebscohost.com/eds/command/detail?vid=1&sid=e18a999e-82d5-4a4a-902e-d79668798014%40sessionmgr104>. Acesso em 15/03/2020.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MORO JÚNIOR, Antônio Aparecido. O trabalho decente no contexto de elevação dos direitos sociais à condição de direitos fundamentais. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 71-93, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/1551/1429>. Acesso no dia 05/03/2020.

PINTO, Marcio Morena. **Introdução ao direito internacional do trabalho**. São Paulo: LTr, 2014.

RABELLO, Gisele Costa; MACKE, Janaína; ZANELLA, William. Socialização organizacional de expatriados. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 45-58, jan./abr. 2019.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Direito do trabalho e direito processual do trabalho: novos rumos**. Curitiba: Juruá, 2002.

SOUZA, Alexsander Rodrigues de; GASPAR, Renata Alvares. A incorporação da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL no ordenamento jurídico brasileiro como norma constitucional de Direitos Humanos. **Revista Iberoamericana de Derecho Internacional y de la Integración**, Buenos Aires, n. 4, jul./2016. Disponível em:

<https://ar.ijeditores.com/pop.php?option=articulo&Hash=098e087c6408ffe46da14e037e24f02>

c. Acesso em 03/03/2020

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT e outros tratados**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007.

VIEIRA, Luciane Klein; VEDOVATO, Luís Renato. A relação entre direito interno e direito internacional. Os impactos no cotidiano jurídico brasileiro sob a perspectiva da ampliação do bloco de constitucionalidade. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 207-225, 2015. Disponível em: <http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/142>. Acesso em 12/03/2020

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Direito Previdenciário Digital

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121812

Professor: Cristiano Colombo

EMENTA

Planejamento Previdenciário. INSS Digital. Tecnologia e Previdência. Teletrabalho e Previdência Social. Processo Eletrônico Previdenciário. Temas Contemporâneos em Direito Previdenciário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O INSS Digital. Atuação do Advogado Previdenciário. O Poder Judiciário diante dos novos desafios do Direito Previdenciário. Tecnologia e Previdência. Interfaces entre o Direito Previdenciário e outros ramos do Direito. Planejamento Previdenciário. Aspectos processuais da Previdência.

OBJETIVOS

- Conhecer o INSS Digital como uma realidade;
- Identificar os principais temas acerca da relação tecnologia e previdência e qualificar esta experiência ao Poder Judiciário;
- Compreender a importância do Planejamento Previdenciário na nova realidade laboral brasileira.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTONELLO, Claudia S. A metamorfose da aprendizagem organizacional. In: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (org.). **Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BARBOSA, Eliana. **O enigma da bota: enfrentando a sucessão empresarial com equilíbrio e sabedoria**. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

BARBOSA, Magno Luiz; BRITO, Cristiano Gomes. **Temas contemporâneos de direito empresarial do trabalho**. São Paulo: LTr, 2015.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **Direito do trabalho e direito empresarial: sob o enfoque dos direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2015.

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. **Estratégia empresarial: o desafio nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

INSS DIGITAL. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/tag/inss-digital/>. Acesso em: 5 de março de 2019.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; CARVALHO, Paulo de Barros. **Justiça econômica e social**. São Paulo: Noeses, 2017.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

POMPEU, Ivan Guimarães; BENTO, Lucas Fulanete Gonçalves; POMPEU, Renata Guimarães. (coord.). **Estudos sobre negócios e contratos: uma perspectiva internacional a partir da análise econômica do Direito**. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. **E-social aplicado às rotinas trabalhistas: o novo modelo de gestão**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DUARTE, Marina Vasques. **Direito previdenciário**. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado: ESMAFE, 2011.

RUBIN, Fernando. **Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social**. São Paulo: Atlas, 2015.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de previdência social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro (coord.). **Direito previdenciário esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n. 1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

TIMM, Luciano Beneti (org.). **Direito e economia no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Direito Sindical em Perspectiva

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121804

Professor: Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

A razão histórica da construção autônoma de normas no Direito do Trabalho: “negociação” coletiva. Mau uso da palavra. Gênese do Direito do trabalho. A função da norma coletiva no âmbito da regulação jurídica da relação social de trabalho. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Os dissídios coletivos e a atuação dos Tribunais. Alterações introduzidas pela Reforma Trabalhista e que afetam a atuação sindical. A história da regulação jurídica do conceito de categoria profissional. Representação de empregados no âmbito da empresa. Greve. Conceito de “trabalhador coletivo”. As greves na história das relações de trabalho no Brasil. A resposta estatal ao movimento coletivo dos trabalhadores. O atrelamento do Sindicato ao Estado: assistencialismo e controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sindicalismo no Brasil Contemporâneo. Raízes do Movimento Sindical. Reforma Trabalhista e Direito Coletivo do Trabalho. Greve. Custeio Sindical. O Sindicato na Estrutura dos Governos Brasileiros.

OBJETIVOS

- a) Estudar a importância do movimento sindical na efetivação de direitos trabalhistas;
- b) Compreender o sindicato como elemento patronal;

c) Refletir acerca do custeio sindical e a polêmica Reforma Trabalhista.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Alice Monteiro de. Ordem pública e tutela do emprego: as dispensas individuais no ordenamento brasileiro - dispensa coletiva e por motivos censuráveis no ordenamento jurídico europeu. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. jul./dez. 2002.

ROMAGNOLI, Umberto. Sobre el despido o la violencia del poder privado. **Revista de Derecho Social Latinoamérica**, Buenos Aires, n. 4-5, p. 9-15, 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de manutenção no emprego: condição de possibilidade da verdadeira negociação coletiva. **Cadernos da Amatra**, [s. l.], 4, 9. ed. out./dez. 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa: artigo 7º, I, da Constituição. **Revista de Processo do Trabalho e Sindicalismo**, Porto Alegre, p. 188-210, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOARES FILHO, José. **A proteção da relação de emprego**: análise crítica em face de normas da OIT e da legislação nacional. São Paulo: LTr, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, n. 1248, 17 nov. 2008.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo: alguns argumentos em defesa da Convenção n. 158 da OIT. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho, São Paulo, v. 72, n. 4, p. 438-443, abr. 2008.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **Despedida abusiva**: o direito (do trabalho) em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: LTR, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Direito Tributário e Tributação

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 30 h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121797

Professor: Éderson Garin Porto

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delineiam a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1) AULA 04/09/4040: Introdução à tributação. Por que e para quê existem tributos; princípios constitucionais, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação Ótima;

Liberdade Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômico; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação. - Aula Expositiva

2) AULA 18/09/2020: Análise Econômica da Tributação. Tributação sobre bases econômicas, Escolha Racional, Teoria dos Jogos. aula expositiva.

3) AULA 19/09/2020: Direito Tributário Internacional: limites territoriais da lei. Fontes do Direito Tributário Internacional. Normas internacionais e relação com a legislação interna. Elementos de Conexão. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais. Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting).

4) AULA 25/09/2020 (TARDE): Extrafiscalidade. Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality; Tributação da economia digital.

5) AULA 25/09/2020 (NOITE): Estudo de caso: Caso Neymar – Acórdão 2402-005.703, Processo nº 15983.720065/2015-11, j. 15/03/2017

6) AULA 02/10/2020: Estudo de caso: Caso Apple – European Commission (2016a), Final Commission Decision of 30.8.2016 on State Aid SA 38373 (2014C), implemented by Ireland to Apple, 30.8.2016C (2016), 5605.

7) AULA 03/10/2020: Estudo de caso: ADI 2588, Relatora: Min. ELLEN GRACIE, Relator p/ Acórdão: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 10/04/2013, DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014 EMENT VOL-02719-01 PP-00001.

8) AULA 09/10/2020: Estudo de caso: ADI 4481, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 11/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-092 DIVULG 18-05-2015 PUBLIC 19-05-2015

9) AULA 10/10/2020: Estudo de caso: preço de transferência Acórdão 1402-002.760 CARF

10) AULA 18/12/2020: Estudo de caso: RE 550769, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 02-04-2014 PUBLIC 03-04-2014).

AVALIAÇÃO

Com exceção das cinco primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários pelos alunos, cobrindo todos os textos e estudos dos casos sugeridos, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será

pela apresentação de seminários e entrega de paper sobre o tema estudado pelo mestrando no prazo de 30 dias após a conclusão da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve e Cristiano Carvalho. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 1, p. 140-146, 2010.

CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. In: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.

CARVALHO, Cristiano. **Teoria da decisão tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Guerra fiscal**: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS. São Paulo: Noeses, 2012.

CHRISTIANS, Allison. Avoidance, evasion, and taxpayer morality. **Washington University Journal of Law & Policy**, [s. l.], v. 44, p. 2-17, 2014.

DUFF, David. Elisão fiscal no século XXI. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. **Duke Law Journal**, [s. l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. In: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**, São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.

ROSENBLATT, Paulo. **General anti-avoidance rules for major developing countries**. [S. l.]: Walter Kluwer, 2016.

SILVA, Eivany Antônio da. O imposto de renda e os lucros e rendimentos auferidos no exterior. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). **Grandes questões atuais do direito tributário**. São Paulo: Dialética, 2002.

UTAMI, Ana Paula *et al.* Observatório do Carf: planejamento tributário. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 27 mar. 2016. Disponível em: <http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-planejamento-tributario>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins *et al.* Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: <http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-tributacao-de-lucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior>. Acesso em: 11 ago. 2016

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente em America Latina para incorporar la tributacion ambiental. In: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito negocial” no direito tributário brasileiro. In: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. In: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

COÊLHO, Carolina Reis Jatobá. Sigilo bancário e governança global: a incorporação do FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act) no ordenamento jurídico brasileiro diante do impacto regulatório internacional. **Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 86, 2015. Disponível em: <http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/152/29>. Acesso em: 01 junho 2017.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 1, p.147-165, 2010.

DIZDAREVIC, Melissa A. The FATCA provisions of the hire act: boldly going where no withholding has gone before. **Fordham Law Review**, [s. l.], Ver. 2967, v. 79, n. 6, Nov. 2011. Disponível em: <http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4728&context=flr>. Acesso em: 14 ago. 2017.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico**: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. [S. l.: s. n.], 2007.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Princípios da tributação internacional sobre a renda. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 35, n. 137, p. 83-90, 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/334/r137-08.pdf?sequence=4>. Acesso em: 3 out. 2017.

LAFFER, Arthur. **Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia**. [S. l.]: The LAFFER Institute, 2014.

TÔRRES, Heleno. **Direito tributário internacional**: planejamento tributário e operações transnacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. In: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 230-253.

UTUMI, Ana Cláudia. Planejamento tributário. Qual o futuro. In: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 171-198.

XAVIER, Alberto. **Direito tributário internacional do Brasil**: tributação das operações internacionais. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Direito Regulatório

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112159

Professor: Daniela Regina Pellin

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: Outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. Lei das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (Lei 13.303/2016). As agências de regulação. Instrumentos de delegação: concessão, permissão e autorização. A relação jurídica na concessão. A Legislação de concessão: Lei 8987/95 e Lei 9074/95. Parcerias PúblicoPrivadas – Conceitos. Instrumentos. Legislação. Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Lei anticorrupção – Compliance – Lei de Improbidade Administrativa. Serviços públicos regulados. Serviços privados regulados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – Noções sobre Serviços Públicos.
- 2 – Formas de prestação do serviço público – outorga e delegação. Aspectos próprios da Federação brasileira relacionados à prestação do serviço público. A Regulação do serviço público concedido. As agências de Regulação.
- 3 – Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (Lei nº 13.303/2016).
- 3 – Concessão, permissão e autorização do serviço público. Evolução dos instrumentos de delegação no ordenamento jurídico brasileiro.
- 4 - Leis 8.987 e 9074, de 1995.

- 5 – Parcerias Público – Privadas – noções gerais – aspectos da Lei nº11.079/95.
- 6 – Agências de Regulação
- 7 – Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- 8 – Lei Anticorrupção – compliance – Lei de Improbidade Administrativa 9 – Serviços Públicos e serviços privados regulados e sua legislação

AVALIAÇÃO

Seminários com análise de casos

Os alunos buscarão na jurisprudência dos Tribunais Judiciários, de Contas ou administrativos e apresentarão para discussão na data dos seminários aos colegas, bem como apresentarão uma resenha com a análise do caso discutido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CUÉLLAR, Leila. **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.
- LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2008.
- ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. **Desafios atuais da regulação econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Sérgio (org.). **Regulação no Brasil**: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, set./dez. 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Formas de Resolução de Conflitos

Semestre: 2020/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112156

Professora: Dra. Daniela Pellin

EMENTA

A crise do Poder Judiciário e a busca por soluções alternativas. A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsias. Teoria da Negociação. Escolas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário e Arbitragem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
05/09 Sábado 9h00-12h00	Orientações sobre o ecossistema de ensino-aprendizagem da disciplina e organização do semestre. Aspectos globalizantes da resolução de conflitos Material de Apoio: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes para a mediação eficaz . Nova York: UNDPA, 2015. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDPA2012_pt_Jun2015correction_0.pdf . BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil : Livro Verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: http://www.socinfo.org CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação . Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco/es/conciliacao-e-mediacao/
12/09	Fundamentos da Negociação Material de apoio:

Sábado 9h00-12h00	LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação . 5ed. Porto Alegre: MGH, 2014.
26/09 Sábado 9h00-12h00	Comunicação Aplicada Material de apoio: ROSENBERG, Marshall, Comunicação Não Violenta . São Paulo: Ágora, 2006.
03/10 Sábado 9h00-12h00	Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Conciliação. Material de apoio: Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económicos (OCDE). Recomendação Do Conselho Relativa Às Linhas Directrizes Que Regem A Protecção Dos Consumidores No Contexto Do Comércio Electrónico Disponível em https://www.oecd.org/sti/consumer/34023696.pdf CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação . Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/ CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e conciliação . 3 ed. Gazeta jurídica, 2015. WARAT, Luis Alberto. Surfando na Pororoca: o ofício do Mediador . Vol. III. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.
16/10 Sexta-feira 15h00-18h00	Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Novas Tecnologias (Online Dispute Resolution (ODR)) Material de apoio: BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde . Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: http://www.socinfo.ogr . Acesso em: 20 dez. 2018.
24/10 Sábado 9h00-12h00	Mediação Internacional Material de Apoio: CONVENÇÃO DE SINGAPURA SOBRE MEDIAÇÃO. Disponível em https://www.singaporeconvention.org/ MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACHADO, Juliano Rossi. Negociação internacional . São Paulo: Atlas, 2004.
7/11 Sábado 9h00-12h00	Arbitragem (Lei nº 9.307/1996) Material de Apoio: DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual . Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf .
21/11 Sábado 9h00-12h00	Regulamento da arbitragem e mediação. Aspectos práticos e procedimentais Material de Apoio: TIMM, Luciano. Arbitragem nos contratos empresariais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões. In FREIRE, Alexandre <i>et al</i> (Org.). Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil . Vol. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, pp. 583/604. Regulamento da CAMARB: http://camarb.com.br/mediacao/regulamento/

28/11 Sábado 9h00-12h00	Arbitragem na Administração Pública e Coletiva Material de Apoio: MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e Administração Pública . In: Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015. NERY, Ana Luisa. Arbitragem coletiva . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. <i>In Revista Húmus</i> . V. 9, n. 25 (2019). Disponível em http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853
5/12 Sábado 9h00-12h00	Jurimetria e análise preditiva para negociação, mediação, conciliação e arbitragem. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). Por que usar R para a Jurimetria? Publicado em 01 mar 2020. Disponível em https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

Para a conclusão da disciplina com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) avaliada no contexto global de participação em aula e resultado de aprendizagem (valor 1,0). Assim, a avaliação é compreendida como:

a participação ativa em aula, no valor de 0,10 por encontro que, ao final somará 1,0;
a realização e entrega das atividades de fichamento de textos indicados à leitura, oportunamente, no valor total de 0,0 a 3,0 pontos, a depender da avaliação;
a elaboração e entrega, no prazo, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 6,0. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 0,5 ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil**: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. A teoria dos jogos: uma fundamentação teórica dos métodos de resolução de disputa. In: AZEVEDO, André Gomma de (org.). **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Brasília: Grupos de Pesquisa, 2003. v. 2

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). **Por que usar R para a Jurimetria?** [S. l.]: ABJ, 01 mar. 2020. Disponível em <https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/>. Acesso em: 02/03/2020.

BANOV, M. R. **Psicologia no gerenciamento de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2013.

BERGAMINI, C.W. **Administração do sentido**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: <http://www.socinfo.org>. Acesso em: 05/03/2020.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e conciliação**. 3. ed. Gazeta jurídica, 2015.

CARVALHAL, Eugênio *et al.* **Negociação e administração de conflitos**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CIALDINI, Robert. **O poder da persuasão**. São Paulo: Campus, 2007.

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation.

European Journal of Law and Economics, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Conciliação e mediação**. Brasília, DF: CNJ, [2020?]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/>. Acesso em: 06/03/2020.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, Sept. 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2726775>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DELGADO, José Augusto. **A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual**. Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf.

DEUTSCH, Morton. Conflict resolution: theory and practice. **Political Psychology**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 431-453, 1983.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

FRIEDMAN, Lawrence M. Litigância e sociedade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 263, p. 13-34, maio/ago. 2013.

GUERRERO, Luis Fernando. **Convenção de arbitragem e processo arbitral**. São Paulo: Atlas, 2010.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit (ed.). **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. **Fundamentos de negociação**. 5. ed. Porto Alegre: MGH, 2014.

MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACHADO, Juliano Rossi.

Negociação internacional. São Paulo: Atlas, 2004

MARTINS, Pedro Antonio Batista. **Reflexões sobre arbitragem:** in memoriam do desembargador Cláudio Vianna de Lima. São Paulo: Ltr, 2002.

MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e administração pública. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem:** alternativas à jurisdição! Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

NERY, Ana Luisa. **Arbitragem coletiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

OLIÚ, Alejandro Abal. La prueba del derecho en el proceso jurisdiccional. **Revista de Derecho**, Montevideo, v. 8, n. 8, p. 11-80, nov. 2013.

OLIVEIRA, Lauro Ericksen Cavalcanti. A teoria geral dos conflitos e a sua compreensão como um fenômeno sócio-jurídico: os planos objetivo, comportamental e anímico dos conflitos. **Revista da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba**, João Pessoa, v. 4, n. 4, out. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Diretrizes para a mediação eficaz.**

Nova York: UNDP, 2015. Disponível em:

https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDP_A2012_pt_Jun2015correction_0.pdf. Acesso em: 05/03/2020.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância.** Lisboa: Almedina, 2005.

RODOVALHO, Thiago; CAHALI, Francisco José. A arbitragem no novo CPC: primeiras impressões. In: FREIRE, Alexandre *et al.* (org.). **Novas tendências do processo civil:** estudos sobre o projeto do novo código de processo civil. Salvador: JusPodivm, 2014 v. 2, p. 583-604.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não violenta.** São Paulo: Ágora, 2006.

SHAUL, I. **International negotiation**: proceedings of the international conference marketing: from information to decision. [serial on-line]. December, 2012; 5: p. 455-461. Disponível em <http://www.brill.com/international-negotiation>.

SILVA, Eduardo Silva da. **Arbitragem e direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios alternativos de resolução de conflitos: arbitragem de direitos coletivos.

Revista Húmus, [s. l.], v. 9, n. 25, 2019. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853>. Acesso em: dia mês ano.

STONE, Katherine V. W. **Private justice**: the law of ADR. [S. l.]: University Casebook Series, 2003.

STRENGER, Irineu. **Arbitragem comercial internacional**. São Paulo: LTR, 1996.

THOMAS, David C.; INKSON, Kerr. **Inteligência cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TIMM, Luciano Benetti. **Arbitragem nos contratos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

URY, William. **O poder do não positivo**. São Paulo: Elsevier, 2007.

URY, William. **Supere o não**: negociando com pessoas difíceis. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. **Arbitragem no direito societário**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na pororoca**: o ofício do Mediador. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. v. 3.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Gerenciamento de Risco Empresarial

Semestre: 2020/2

Carga horária: 15

Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112158

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Regulação de Riscos. O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos. Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Pandemia e o risco. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;
- Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos;
- Adaptação a novos cenários;

- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;
- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;
- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em Seminários sobre os temas das aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Tradução de Félix Nonnenmacher. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo largo, v. 12, n. 2, p. 156-172, 2013. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FISHER, Elizabeth. **Risk**: regulation and administrative constitutionalism. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil**: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do direito. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk**: a sociological theory. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. Tradução de Lenita Rimoli Esteves. São Paulo: SENAC, 2009.

CARVALHO, Déltan Winter de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. In: FACHIN, Luiz Edson. **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar**: law, science, and technology in America. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. In: LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Torres Nafarrate. Petrópolis: Vozes, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común en los modelos de propiedad intelectual: La garantía de un nuevo sistema civil. In: SÁNCHEZ, Helena Nadal. **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental**: fundamentos, políticas e aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe**: environmental action for a post- Katrina world. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental**: o pagamento pelo seu uso

como instrumento econômico e jurídico de proteção. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Gestão da Inovação

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112155

Professor: Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Processos de estratégia de inovação nas organizações. Os processos de inovação nas organizações e seu impacto na cultura das empresas. Conceitos e tipologias de inovação. Gestão da inovação e características das organizações inovadoras. Inovação sustentável, aberta e colaborativa. Sistemas regional e nacional de inovação. Dinâmica das redes de inovação.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
29/10/2020 quinta-feira 18h30 às 21h30	Gestão da inovação	JOE, T. I. D. D.; BESANT, Joe; PAVITT, Keith. Inovação – O que é e por que importa. Gestão da inovação . São Paulo: Artmed, 2008. (Cap. 1) TROTT, Paul J. Gestão da inovação: uma introdução. Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos . Bookman Editora, 2012. (Cap. 1)
30/10/2020 sexta-feira 15h às 18h	A natureza da inovação e os desafios da gestão da inovação	SALTER, A.; ALEX, O. The Nature of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 2) TIDD, Joe; BESSANT, John. Innovation management challenges:

		From fads to fundamentals. International Journal of Innovation Management , v. 22, n. 05, p. 1840007, 2018.
30/10/2020 sexta-feira 18h30 às 21h30	Conhecimento e inovação	COHEN, W. C.; LEVINTHAL, D.A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation, Administrative Science Quarterly . Volume 35, Issue 1 pg. 128-152, 1990. NONAKA, I; KODAMA, M; HIROSE, A; KOHLBACHER, F. Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation – A new paradigm for organizational theory. European Management Journal , 2013.
31/10/2020 sábado 9h às 12h	Desenvolvimento de produtos	COOPER, R. Perspective: The Stage-Gates Idea-to-Launch Process — Update, What’s New, and NexGen Systems. The Journal of product innovation management . V. 25, p. 213–232, 2008. BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. Business Horizons , V. 55, 293—305, 2012.
10/12/2020 quinta-feira 18h30 às 21h30	Ecossistemas de inovação	MALERBA, F.; ADAMS, P. Sectoral Systems of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 10) AUTIO, E.; THOMAS, L. D. W. Innovation Ecosystems: Implications for Innovation Management? In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 11).
11/12/2020 sexta-feira 15h às 18h	Inovação aberta	CHESBROUGH, Henry. The era of open innovation. MIT Sloan Management Review , v.44, n.3, p.33-41, 2003. ALEXY, O.; DAHLANDER, L. Managing Open Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 22) MARCOLIN, Federica; VEZZETTI, Enrico; MONTAGNA,

		Francesca. How to practise Open Innovation today: what, where, how and why. Creative Industries Journal , v. 10, n. 3, p. 258-291, 2017.
28/01/2021 quinta-feira 18h30 às 21h30	Colaboração	DOGSON, M. Collaboration and Innovation Management. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 23) VON HIPPEL, E.; OGAWA, S.; DE JONG, J. The Age of the Consumer-Innovator. MIT Sloan Management Review, Fall, 2011. PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-Creation Experiences: The Next Practice in Value Creation. Journal of Interactive Marketing, v. 18, n.3, p.5-14, 2004.
29/01/2021 sexta-feira 15h às 18h	Inovação em modelo de negócios	MASSA, L.; TUCCI, C. Business Model Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 21) FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Fifteen years of research on business model innovation: How far have we come, and where should we go?. Journal of Management, v. 43, n. 1, p. 200-227, 2017. FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Business models and business model innovation: Between wicked and paradigmatic problems. Long Range Planning, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2018.
29/01/2021 sexta-feira 18h30 às 21h30	Gestão da inovação digital	NAMBISAN, Satish et al. Digital Innovation Management: Reinventing innovation management research in a digital world. Mis Quarterly, v. 41, n. 1, 2017. VAN ALSTYNE, Marshall W.; PARKER, Geoffrey G.; CHOUDARY, Sangeet Paul. Pipelines, platforms, and the new rules of strategy. Harvard Business Review, v. 94, n. 4, p. 54-62, 2016. KOHLI, Rajiv; MELVILLE, Nigel P. Digital innovation: A review and synthesis. Information Systems Journal, v. 29, n. 1, p. 200-223,

		2019.
30/01/2021 sábado 9h às 12h	Startups	BLANK, Steve. Why the lean start-up changes everything. Harvard Business Review, v. 91, n. 5, p. 63-72, 2013. WEIBLEN, Tobias; CHESBROUGH, Henry W. Engaging with startups to enhance corporate innovation. California Management Review, v. 57, n. 2, p. 66-90, 2015. ALDRICH, Howard E.; RUEF, Martin. Unicorns, gazelles, and other distractions on the way to understanding real entrepreneurship in the United States. Academy of Management Perspectives, v. 32, n. 4, p. 458-472, 2018.

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 60 - 90 minutos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos; ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Gestão de ideias para inovação contínua**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

BURGELMAN, Robert A.; CHRISTENSEN, Clayton M.; WHEELWRIGTH, Steven C. **Gestão estratégica da tecnologia e da inovação**: conceitos e soluções. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

CHRISTENSEN, Clayton M. **O dilema da inovação**: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso. São Paulo: M. Books Editora, 2019.

CHRISTENSEN, Clayton. **Muito além da sorte**: processos inovadores para entender o que os clientes querem. Porto Alegre: Bookman Editora, 2018.

CRAINER, Stuart; DEARLOVE, Des. **Inovação**: como levar sua empresa para o próximo nível. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014.

DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert D. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DRUKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1987.

JOHNSON, Steven; BORGES, Maria Luiza X. de A. **De onde vêm as boas ideias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KEELEY, Larry *et al.* **Dez tipos de inovação**. São Paulo: DVS Editora, 2016.

PETERS, Tom. **O círculo da inovação**: você não deve evitar o caminho para o seu sucesso. São Paulo: Harbra, 1998.

RIES, Eric. **A startup enxuta**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

RIES, Eric. **O estilo startup**: como as empresas modernas usam o empreendedorismo para se transformar e crescer. Rio de Janeiro: LEYA, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112163

Professor: Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Data	Tema	Texto base
Aula 1 18/09/20 20	Apresentação da disciplina. Discussão sobre a temática e avaliação. Preparando-se para o futuro!	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 319-336.
Aula 2 02/10/20 20	Primeira parte: Advocacia é um negócio?	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival</i>

	Segunda parte: Law Firm economics 101	<i>and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 3-11. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future</i> . Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-26.
Aula 3 30/10/20 20	Primeira parte: Financial Management Segunda parte: Smarter Princing, Smarter Profit	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 137-153. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for</i>
		<i>the law firm of the future</i> . Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-27.
Aula 4 13/11/20 20 tarde	Primeira parte: Gestão do Tempo Segunda parte: Risk Management	JARMON, Amy L. <i>Time and workplace management for lawyers</i> . Chicago: Aba publishing, 2013, p. 23-56. POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago:

		Aba publishing, 2014, p. 219-226.
Aula 5 13/11/20 20 noite	Marketing na advocacia	VERCAMMEN, Kenneth. <i>Smart marketing for the small firm lawyer</i> . Chicago: Aba publishing, 2014.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros com apresentação oral e entrega de um plano de apresentação com indicações bibliográficas (50% da nota final); 2. entrega do trabalho final, consistente na elaboração de um pequeno vídeo com orientações para os advogados em torno de 5 minutos (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORANGA, Anna Luiza; SALOMÃO, Simone Viana (coord.). **Direito, gestão e prática: administração legal para advogados**. São Paulo: Saraiva: FGV, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei (coord.). **Direito, gestão e prática: estratégias processuais na advocacia empresarial**. São Paulo: Saraiva: Direito GV, 2011.

DODDS, Stuart J. T. **Smarter pricing, smater profit: a guide for the law firm of the future**. Chicago: Aba publishing, 2014.

JARMON, Amy L. **Time and workplace management for lawyers**. Chicago: Aba publishing, 2013.

LAMBRETH, Susan Raridon; RUEFF JR., David A. **The power of legal project management**. Chicago: Aba publishing, 2014.

LAVELLE, Kerry M. **The business guide to law: creating and operating a successful Law firm**. Chicago: Aba publishing, 2015.

LEITE, Leonardo Barém. **Gestão estratégica do departamento jurídico moderno**. Curitiba: Juruá, 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. **Planejamento e gestão para escritórios de advocacia**. São Paulo: Magister, 2011

POLL, Edward. **The business of law: planning and operating for survival and growth**. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

PRADO, Roberta Nioac (coord.). **Direito, gestão e prática: empresas familiares: governança corporativa, governança familiar, governança jurídica**. São Paulo: Saraiva: FGV, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro**. Rio de Janeiro: Quartier Latin, 2007.

BALAS, Aron *et al.* **The divergence of legal procedures**. Cambridge, Mass: National Bureau of Economic research, 2008. (Working Paper, 13809). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>. Acesso em: 02/03/2020.

CAIN, George H. **Turning points: new paths and second careers for lawyers**. Chicago: Aba publishing, 1994.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. *In*: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit (ed.). **Encyclopedia of law and economics**.

Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>. Acesso em: 05/02/2020.

KRIEGER, Stefan H; NEUMANN Jr, Richard K. **Essential lawyering skills**: interviewing, counseling, negotiation, and persuasive fact analysis. 4. ed. Nova York: Wolters Kluwer, 2011.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say? **Texas Law Review**, Austin, v. 80, p. 1943-1983, jun. 2002. Disponível em: http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR-2002.pdf. Acesso em: 06/03/2020.

MELCHER, Michael F. **The creative lawyer**: a practical guide to authentic professional satisfaction. Chicago: Aba publishing, 2007.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PARNELL, David J. **The failing law firm**: symptoms and remedies. Chicago: Aba publishing, 2014.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VERCAMMEN, Kenneth. **Smart marketing for the small firm lawyer**. Chicago: Aba publishing, 2014.

WALTON, Kimn Alayne. **What Law school doesn't teach you...but you really need to know**: expert tips & strategies for making your legal career a huge success. Chicago: Harcourt Legal & Professional Publications, 2000.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Governança Corporativa

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Dr. Cristiano Machado Costa

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função-objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos internos e externos de governança; Panorama da governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança; Principais pesquisas sobre governança corporativa; Aspectos metodológicos das pesquisas sobre governança corporativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I

Definições e mecanismos de Governança Corporativa. Teoria de Agência: princípios básicos e problema do Principal-Agente.

- Módulo II

Controle x Propriedade. Conselhos de Administração. Remuneração de Executivos e mecanismos de incentivos. Estrutura de Capital. Políticas de Dividendos. Evidenciação Voluntária e Obrigatória. Oferta Hostil, Investidores Institucionais e Tópicos Especiais em Governança.

- Módulo III

Governança Corporativa e Valor. Governança Corporativa no Brasil: Práticas Recomendadas, Voluntárias e Obrigatórias. Ambiente Regulatório Brasileiro e Internacional. Governança Corporativa no Mundo.

- Módulo IV

A Literatura sobre Governança Corporativa no Brasil. Governança Corporativa em Empresas Não-Listadas: Estudos de Caso. Apresentação de Estruturas de Governança (atividade avaliativa).

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/5 da nota final.
- Apresentação de Estrutura (última aula) – 2/5 da nota final.
- Trabalho (entrega na última aula) - 2/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, Renee B.; FERREIRA, Daniel. A theory of friendly boards. **The Journal of Finance**, [s. l.], v. 62, n. 1, p. 217-250, 2007.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. **Handbook of Law and Economics**, [s. l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

BLACK, Bernard S.; CARVALHO, Antonio Gledson de; SAMPAIO, Joelson Oliveira. The evolution of corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, [s. l.], v. 20, p. 176-195, 2014.

CLAESSENS, S. Corporate governance and development. **The World Bank Research Observer**, v. 21, n. 1, p. 91-122, 2006.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, [s. l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Lausanne, v. 3, p. 305-360, Oct. 1976.

MORCK, Randall K (ed.). **A history of corporate governance around the world**. Chicago: National Bureau of Economic Research NBER, 2005.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVEIRA, A. D. M da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

TRICKER, RI Bob. **Corporate governance: principles, policies, and practices**. [S. l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael VX; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Harcourt, 1932.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

COSTA, Cristiano M *et al.* Family management: creating or destroying firm value: **Economics Bulletin**, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 2292-2302, 2014.

COSTA, Cristiano Machado *et al.* Non-compliance in executive compensation disclosure: the brazilian experience. **Journal of Business Finance & Accounting**, [s. l.], v. 43, n. 3-4, p. 329-369, 2016.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf. Acesso em: 24 jun. 2016.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, New York, v. 54, p. 471-517, 1999.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). **Journal of accounting research**, [s. l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

OECD. **G20/OECD Principles of corporate governance**. Paris: OECD Publishing, 2015.

SCHMIDT, Breno. Costs and benefits of friendly boards during mergers and acquisitions. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 117, n. 2, p. 424-447, 2015.

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 635-674, out./dez. 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Marciano Buffon e Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

A disciplina terá por temática a tributação e sua relação com áreas de inovação tecnológica e novos setores da Economia. Temas como tributação ambiental, comércio eletrônico, downloads e nuvens, extrafiscalidade e benefícios fiscais serão estudados à luz da teoria jurídica e da análise econômica do direito.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
17/09/2020 quinta-feira 18h30 às 21h30	Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais	BUFFON, Marciano. Johnny versus João: uma estória sobre a hipocrisia e a injustiça fiscal brasileira. In: Luciana Turatti; Fernanda Storck Pinheiro. (Org.). Direitos humanos na contemporaneidade. 01ed.LAJEADO - RS: UNIVATES, 2018, v. 01, p. 173-182. COLLIER, Paul. O estado ético, p. 55-79. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019. COLLIER, Paul. A empresa ética, p. 81-113. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM. COLLIER, Paul. As novas inquietações, p. 3-26. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019
18/09/2020 sexta-feira 15h às 18h	Incentivos fiscais e extrafiscalidade	BUFFON, Marciano; JACOB, Lilian Ramos. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. Direito e Desenvolvimento, v. 6, n. 2, p. 121-144, 2016. LAKS, Larissa Rodrigues. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. Revista do Direito Público, v. 11, n. 2, p. 230-259, 2016. PSCHEIDT, Kiristian Rodrigo; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Políticas macroeconômicas: Erros e acertos de uma política extrativa. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 112, p. 231-269, 2016.

01/10/2020 quinta-feira 18h30 às 21h30	Fontes de fomento à inovação	AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. Estudos Econômicos , v. 46, n. 3, p. 609-642, 2016. PORTO, Geciane Silveira; MEMÓRIA, Caroline Viriato. Incentives for technological innovation: a study of the public policy of tax exemption in Brazil. Journal of Public Administration , 2019, 53.3: 520-541. SANTOS, Fabio Gomes dos; TONETTI, Rafael Roberto Hage; MONTEIRO, Vítor. Desafios jurídicos para o fomento financeiro da inovação pelas empresas, p. 177 -212. In: Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais . São Paulo: Blucher, 2017.
03/10/2020 sábado 9h às 12h	Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	BRULAND, K.; MOWERY, D. C. Innovation through Time. Science, Technology, and Innovation Policy . In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. Science, Technology, and Innovation Policy . In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. TÖDTLING, Franz; TRIPPL, Michaela. One size fits all?: Towards a differentiated regional innovation policy approach. Research policy , v. 34, n. 8, p. 1203-1219, 2005.
13/11/2020 sexta-feira 18h30 às 21h30	Política de Inovação	EDLER, Jakob; FAGERBERG, Jan. Innovation policy: What, why, and how. Oxford Review of Economic Policy , v. 33, n. 1, p. 2-23, 2017. FAGERBERG, J. Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. Journal of Economic Surveys , 2016. SCHOT, Johan; STEINMUELLER, W. Edward. Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. Research Policy , v. 47, n. 9, p. 1554-1567, 2018.
14/11/2020 sábado 9h às 12h	O Sistema de Inovação Brasileiro: uma proposta de política orientada por missões	CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena MM. Políticas de inovação e desenvolvimento. Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais/organização de Diogo R. Coutinho, Maria Carolina Foss, Pedro Salomon B. Mouallem. —São Paulo: Blucher, 2017. MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado . Portfolio-Penguin, 2014. MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal . 2016.
26/11/2020 quinta-feira 18h30 às 21h30	Inovação na agenda política brasileira Parte I	BRASIL. Emenda Constitucional no 85. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-85-26-fevereiro-2015-780176-publicacaooriginal-146182-pl.html . Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI). Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, Brasília, 2016 Disponível em: https://portal.inpa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf . Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. ‘Marco Legal da Inovação’ conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), regulamentado pelo Decreto nº 9.283, alterando

		a Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2004, já modificada pela Lei nº 13.243, de 2016), Lei das Licitações (art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993), o art. 1º da Lei nº 8.010, de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.html. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2016 (Ementa: Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125998. Acesso em: 20/03/2020.
27/11/2020 sexta-feira 15h às 18h	Inovação na agenda política brasileira Parte II	BRASIL. Plano Plurianual 2016-2019. Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf/view. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.971, de 27 de dezembro de 2019 que institui o ‘Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2020_2023/lei/Lei13.971-2019.pdf. Acesso em: 20/03/2020. Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Plano de ação para a promoção da inovação tecnológica: 2018-2022 / Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/plano_acao_promocao_inovacao_tecnologica.pdf. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.122, de 19 de março de 2020, que define ‘as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1122_de_19032020.html. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.329, de 27 de março de 2020, que ‘altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.329-de-27-de-marco-de-2020-250263672. Acesso em: 30/03/2020. BRASIL. Portaria nº6.762, de 17 de dezembro de 2019, que ‘institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores - PNI, visando fomentar o surgimento e a consolidação de ecossistemas de inovação e de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no País’. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-6.762-de-17-de-dezembro-de-2019-234748537. Acesso em: 30/03/2020.
27/11/2020 sexta-	Apoio Financeiro Indireto: Incentivos Fiscais	MARQUES, Fabrício. Política industrial em xeque. Pesquisa FAPESP, 2017, p.34-37, 251. BRASIL. Lei nº11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Regime

feira 18h30 às 21h30	- Lei do Bem - Rota 2030 - Política industrial para o setor TICs e para o setor de semicondutores	Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; ‘dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica’; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o ‘Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística’; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nº 9.440, de 14 de março de 1997, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13755.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.969, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a ‘política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores’ e altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13969.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.294, de 26 de março de 2020, que regulamenta a apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro, de que trata o art. 5º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, para fins de fruição do incentivo previsto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1294_de_26032020.html. Acesso em: 27/03/2020.
----------------------------	---	--

		BRASIL. Decreto nº10.356, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação (Lei de Informática) que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10356.htm. Acesso em: 21/05/2020. BRASIL. Instrução Normativa nº1.953, de 21 de maio de 2020, que disciplina a compensação dos créditos financeiros (Lei de Informática e PADIS) de que tratam o art. 7º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o art. 4º-C da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-1.953-de-21-de-maio-de-2020-258046684. Acesso em: 22/05/2020. BRASIL. Portaria nº2.796, de 30 de junho de 2020, que regulamenta apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro no âmbito do PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.796-de-30-de-junho-de-2020-265867451. Acesso em: 01/07/2020. BRASIL. Portaria nº2.861, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades relacionadas ao PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.861-de-8-de-julho-de-2020-267031334. Acesso em: 09/07/2020.
28/11/2020 sábado 9h às 12h	Apoio Financeiro Indireto: Investimento Obrigatório - Cláusula de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (Cláusula de PD&I) - Programa de P&D da ANEEL	BRASIL. Lei nº9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm. Acesso em: 20/03/2020.

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 45 - 60 minutos da aula.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORRÁS, Susana; EDQUIST, Charles. **Holistic innovation policy**: theoretical foundations, policy problems, and instrument choices. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BUFFON, Marciano; VON HOHENDORFF, Raquel; BARCELLOS, Vinicius de Oliveira. Como os tributos morrem: a necessária (re) legitimação dos tributos no século XXI. **Revista Direitos Culturais**, [s. l.], v. 15, n. 36, p. 269-305, 2020.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU ideias**, [s. l.], v. 4, n. 47, p. 1-16, 2006.

COSTA, Achyles Barcelos da. Teoria econômica e política de inovação. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 281-307, 2016.

DIAMOND, Jared M. **Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Editora Record, 2005.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Editora Record, 2017.

DIAMOND, Jared. **Reviravolta**: como indivíduos e nações bem-sucedidas se recuperam das crises. Editora Record, 2019.

EDLER, Jakob; GEORGHIOU, Luke. Public procurement and innovation—Resurrecting the demand side. **Research policy**, [s. l.], v. 36, n. 7, p. 949-963, 2007.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. [S. l.]: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. **Où atterrir?**: comment s' orienter en politique. [S. l.]: La découverte, 2017.

PIKETTY, Thomas. Introdução. In: PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014. p. 9-42.

ROBINSON, James; ACEMOGLU, R. **Why nations fail**. New York: Crown Publishing Group, 2012.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2019.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. **Aplicando a quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2019.

SCHWAB, Klaus; MALLERET, Thierry. **COVID-19: the great reset**. [S. l.]: FORUM PUBLISHING, 2020.

SICSÚ, A. B. Desenvolvimento e padrões de financiamento da inovação no Brasil: mudanças necessárias. In: PROENÇA, Adriano *et al.* **Gestão da inovação e competitividade no Brasil**: da teoria para a prática. Bookman Editora, 2015.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Insolvência e Recuperação Empresarial

Ano/Semestre: 2020/2 **Carga horária total:** 30 horas/aula **Créditos:** 2

Área temática: Direito **Código da disciplina:** 121798

Professores: Cristiano Colombo, Éderson Garin Porto, Fabiano Koff Coulon e Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Análise dos institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial, tanto no âmbito nacional quanto internacional e seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Recuperação judicial e extrajudicial e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Recuperação judicial: pressupostos e condições do pedido de recuperação, verificação dos créditos.
- Órgãos concursais: administrador judicial, comitê de credores, assembléia geral de credores.
- Efeitos da recuperação quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Plano de recuperação: fase de observação, fase de cumprimento, convolação da recuperação em falência.
- Falência e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Pressupostos e condições da ação falimentar, processamento, sentença, recursos cabíveis.
- Fase falimentar: formação da massa objetiva, arrecadação, liquidação do ativo, ações falimentares, responsabilidade dos sócios e administradores da sociedade, formação da

massa subjetiva, verificação e classificação dos créditos, formação do quadro geral de credores, pagamento, sentença de encerramento.

- Efeitos da falência quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Fase pós-falimentar: extinção das obrigações, reabilitação.
- Crimes Falimentares.
- Temas especiais de direito concursal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOUB, Luiz Roberto e CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da Recuperação Judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BUSCHINELLI, Gabriel Saad Kik. **Abuso do direito de voto na assembleia geral de credores**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 6. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro. **Financiamento na recuperação judicial e na falência**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira Von. (coord.). **Temas de direito empresarial e outros estudos: em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães**. São Paulo: Malheiros, 2014

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise: comparação com as posições do direito europeu**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IMHOF, Cristiano. **Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord.). **Direito falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas**: lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e LC 118 de 9 de fevereiro de 2005. São Paulo: Quartier Latin, 2005

SANTOS, Paulo Penalva (coord.). **A nova lei de falência e de recuperação de empresas**: lei nº 11.101/05. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes; MARTIN, Antonio; ZANINI, Carlos Klein; MUNHOZ, Eduardo Secchi; FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; NOSTRE, Guilherm. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falências**: lei 11.101/2005 - artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2007.

SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro. **Recuperação de empresas e falência**: teoria e prática na lei 11.101/2005. São Paulo: Almedina, 2016.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique (coord.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. A desconsideração da personalidade jurídica e a falência. In: ESTEVEZ, André Fernandes; JOBIM, Marcio Felix (org.). **Estudos de direito empresarial**: homenagem aos 50 anos de docência do professor Peter Walter Ashton. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Juízo universal e pedido de restituição na recuperação judicial (Jurisprudência comentada). **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 972, p. 403-408, out. 2016.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. O poder dos credores e o poder do juiz na falência e recuperação judicial. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 936, p. 43-71, out. 2013.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira; SILVA, Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e. Da cessão fiduciária de crédito na recuperação judicial: análise da jurisprudência. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, v.16, n. 39, p. 9-19, jan./mar. 2015.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder: A prevalência da vontade da assembléia-geral de credores em questão: o cram down e a apreciação judicial do plano aprovado por todas as classes. **Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 45, n. 143, p. 202-242, jul. 2006.

FRANCO, Vera Helena de Mello. A crise econômica e a reforma do direito concursal no continente europeu: função social ou manutenção da atividade? **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 936, p. 73-112, out. 2013.

LOBO, Jorge Joaquim. Responsabilidade por obrigações e dívidas da sociedade empresária na recuperação extrajudicial, na recuperação judicial e na falência. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 355, p. 47-57, maio. 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Criação de subsidiária integral nos termos do artigo 50, inciso II, da Lei nº 11.101/05, objetivando gerar recursos para saldar obrigações de empresa em recuperação judicial. As empresas criadas nos termos dos referidos dispositivos não carregam as responsabilidades da empresa em recuperação. Declaração de inidoneidade da empresa mãe não se transfere para a empresa criada por determinação judicial (Parecer). **Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, Porto Alegre, v. 9, n. 54, p. 36-58, dez. 2013/jan. 2014.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Anotações sobre os limites do poder jurisdicional na apreciação do plano de recuperação judicial. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 10, n. 36, p. 184-199, abr./jun. 2007.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Cessão fiduciária de direitos de crédito e recuperação judicial de empresa. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 29, n. 105, p. 33-47, set. 2009.

SPINELLI, Luis Felipe; SILVA, Rodrigo Tellechea; SCALZILLI, João Pedro. Os efeitos do aval na recuperação judicial e na falência. **Revista do Advogado**, São Paulo, n. 131, p. 109-122, out. 2016.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. O plano de recuperação e o controle judicial da legalidade. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 16, n. 60, p. 307-324, abr./jun. 2013.

WAISBERG, Ivo. A garantia real sobre bem de terceiro e a sua classificação para fins da recuperação judicial. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 73-81, out./nov. 2014.

WAISBERG, Ivo. Justiça do trabalho e recuperação judicial (jurisprudência comentada). **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 245-258, jul./set. 2007.

WAISBERG, Ivo; LIMA, Stefan Lourenço de. Fundos de investimento e sua utilização em recuperação judicial - Aspectos relevantes. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 16, n. 60, p. 205-221, abr./jun. 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Normas Gerais e Regimes Próprios de Previdência

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121808

Professor: Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Os Regimes Próprios de Previdência no Brasil. As reformas da previdência no Brasil. Principais Impactos da EC 103/2019. O Papel das normas gerais. A proteção previdenciária ofertada aos servidores públicos. Custeio da Seguridade Social. O mito ou a realidade do déficit previdenciário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios constitucionais relativos à previdência. Normas gerais de direito previdenciário. Reformas constitucionais: causas e consequências. Direito adquirido. Expectativa de direito. Regras de transição. Proibição de retrocesso. Regimes Próprios de previdência. Aproximação entre os regimes públicos de previdência. Financiamento dos regimes de previdência. Contribuições ordinárias e extraordinárias cobradas dos servidores ativos e inativos. Acumulação de benefícios. Teto para o pagamento de benefícios. Benefícios devidos em face da Incapacidade. Aposentadoria Compulsória. Aposentadoria programada. Aposentadoria Especial do Servidor. Pensão Por Morte. Abono de permanência. Previdência Complementar dos Servidores Públicos. O Judiciário e o Regime Próprio. Análise de Casos.

OBJETIVOS

- a) Diferenciar as regras do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio de Previdência;
- b) Estudar as Transformações entre os Regimes de Previdência e os Efeitos na Aposentadoria;
- c) Elaborar Teses Inovadoras no Direito Previdenciário a partir da experiência dos Julgados de Tribunais.

.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. **Regime próprio de previdência social dos servidores públicos**. 8 ed. Curitiba: Juruá, 2017.

LAZZARI, João Batista (coord.). CASTRO, Carlos Alberto Pereira; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. **Comentários à reforma da previdência**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

QUEIROZ, Cristina. **Direitos fundamentais sociais**: funções, âmbito, conteúdo, questões interpretativas e problemas de justiciabilidade. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

ROCHA, Daniel Machado da. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, Jose Antonio. **Direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação**. 2 ed. Curitiba: Alteridade, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à Segurança Jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. In: ROCHA, Carmen Lúcia Antunes (org.). **Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada: estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005. p. 85-135.

SARLET, Ingo Wolfgang. O Estado Social de Direito, a proibição de retrocesso e a garantia fundamental da propriedade. **Revista Eletrônica Sobre a Reforma do Estado**, Salvador, n. 9, mar./abr./maio 2007. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=182>. Acesso em: 1 out. 2020.

SARMENTO, Daniel. Direito adquirido, emenda constitucional, democracia e justiça social. **Revista Eletrônica Sobre a Reforma do Estado**, Salvador, n. 12, dez./jan./fev. 2008. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=248>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SAVARIS, José Antonio. **Uma teoria da decisão judicial da previdência social: contributo para a superação da prática utilitarista**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2011.

SAVARIS, José Antonio; SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. Tutela jurídica dos direitos sociais em formação na PEC da “nova previdência”: uma análise do tratamento conferido às aposentadorias voluntárias. **Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica**, [s. l.], v. 24, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/nej.v24n3.p913-941>. Acesso em: 1 jul. 2020.

SOUZA, Victor. **Proteção e promoção da confiança no direito previdenciário**. Curitiba: Alteridade, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Trad. Ernesto Garzón Valdez. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 4. ed. São Paulo: LTR, 2006.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional**, [s. l.], n. 13, 2009, p. 19-20. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/400285>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BENDA, Ernest. Dignidad humana y derechos de la personalidad. In: BENDA, Ernest *et al.* **Manual de derecho constitucional**. Trad. Antonio López Pina. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 2001.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W., STRECK, Lenio L. (coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva: Almedina, 2018.

DELGADO, Ignacio Godinho. **Previdência social e mercado no Brasil**: a presença empresarial na trajetória política social brasileira. São Paulo: LTr, 2001.

GUASTINI, Riccardo. **Distinguendo**: estudios de teoría y metateoría del derecho. Trad. Jordi Ferrer i Beltrán. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

HOLMES, Stephen e SUNSTEIN, Cass. **The cost of rights**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

MALLOY, James M. **A política de previdência social no Brasil**. Trad. Maria José Lingren Alves. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MORAIS, Océlio de Jesús C. (coord.). **Sistemas de seguridade no mundo**. São Paulo: LTr, 2019.

PEREZ-LUÑO, Antonio-Enrique. La positividad de los derechos sociales: um enfoque desde la filosofía del derecho”. **Derechos y Libertades**, [s. l.], n. 14, 2006.

ROCHA, Daniel Machado da. **Normas gerais de direito previdenciário e a previdência do servidor público**. Florianópolis: CONCEITO, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Previdência Social e empresas

Ano/Semestre: 2020/2 **Carga horária total:** 15h/a **Créditos:** 1 crédito

Área temática: Direito **Código da disciplina:** 121809

Professor: Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

Conceitos Constitucionais e Legislativos acerca do Financiamento Previdenciário. Programas obrigatórios no ambiente de trabalho. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Ações Regressivas propostas pelo INSS em face das empresas. Desoneração Judicial da folha de salários. Efeitos dos Benefícios Previdenciários no Contrato de Trabalho. Crimes Previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Previdência como direito fundamental. Financiamento do sistema. Acidentes de Trabalho e Repercussões Previdenciárias. Oneração de folha. INSS e Empresas. Risco Previdenciário. Instrumentos de Prevenção nas Empresas. PPRA. LTCAT. PCMSO. Importância das Normas Regulamentadoras. Crise na Previdência.

OBJETIVOS

- a) Compreender a atual dinâmica previdenciária nas empresas;
- b) Estudar os instrumentos de proteção empresarial no tocante ao risco previdenciário dos trabalhadores;

c) Reconhecer a Previdência Social como um direito fundamental e social no equilíbrio das relações humano-empresariais.

.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RUBIN, Fernando. **Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social**. São Paulo: Atlas, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n. 1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBRAHIM, Fábio Zambite. **Curso de direito previdenciário**. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

JORGE, Táris Nametela Sarlo. **Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis *et al.* **Prática processual previdenciária: administrativa e judicial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. *E-Book*.

LEITÃO, André Studart. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.

LOPES JÚNIOR, Nilson Martins. **Direito previdenciário: custeio e benefícios**. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à lei básica da previdência social**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2005.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado: ESMAFE, 2011.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Temas de Direito Societário

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Area temática: Direito

Código da disciplina: 121799

Professores: Cristiano Colombo, Éderson Garin Porto, Fabiano Koff Coulon e Manoel Gustavo Neubath Trindade

EMENTA

Analisa a origem dos seus institutos típicos do direito societário e sua conformação no atual direito de empresa, a partir do entendimento do fenômeno empresarial em suas mais variadas dimensões, em especial jurídica, econômica e seus impactos sociais. Trabalha com as variedades dos tipos societários relacionando-os com as especificidades dos interesses empresariais, atentando para as soluções normativas nacionais e também internacionais, em perspectiva de direito comparado, sem perder de vista as funcionalidades do direito de empresa em um contexto de internacionalização cada vez mais relevante e de impacto exponencial de novas tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Empresarial: noções gerais, histórico e fontes;
- Teoria da empresa e do estabelecimento empresarial;
- O empresário individual. As sociedades empresárias e simples;
- Sociedades limitadas, sociedades anônimas e outras formas legais;
- Transformação, incorporação, fusão e cisão;
- Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.
- Sociedades controladoras e controladas.
- Poder de controle. Alienação e transferência de controle societário. Acionistas controladores. Bloco de controle.

- Acionistas minoritários e sua tutela jurídica.
- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores, BACEN, e demais órgãos e entidades relevantes.
- Responsabilidade dos administradores, controladores, sócios, acionistas e terceiros.
- Direito societário e processo.
- Atos societários e outros instrumentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCARELLI, Túlio. **Problemas das sociedades anônimas**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CAMPINHO, Sérgio. **O direito de empresa à luz do novo código civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CARVALHOSA, Modesto de. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na sociedade anônima**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo (coord.). **Direito das companhias**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. v. I e II.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Responsabilidade civil dos administradores de S/A (e as ações correlatas)**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBI FILHO, Celso. **Acordo de acionistas**. São Paulo: Saraiva, 1993.

BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The modern corporation and private property**. 9. ed. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**: direito de empresa. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

EASTERBROOK, Frank H.; FISCHER, Daniel R. **The economic structure of corporate law**. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Conflito de interesses nas assembleias de S.A.** São Paulo: Editora Malheiros, 1993.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Invalidade das deliberações de assembleia das S.A.** São Paulo: Editora Malheiros, 1999.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira Von. **Affectio Societatis**: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social: direito Societário Contemporâneo I. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil. 2009.

HOPT, Klaus J. Deveres legais e conduta ética de membros do conselho de administração e de profissionais. Tradução de Erasmo Valladão A., N. França e Mauro Moisés Kertzer. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 144, p. 107-119, out./dez. 2006.

KRAAKMAN, Reinier *et al.* **The anatomy of corporate law**: a comparative and functional approach. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LIMA, Osmar Brina Corrêa. **A reforma da lei das sociedades anônimas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Empresa contemporânea e direito societário**: poder de controle e grupos de sociedade. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo. **A Lei das S.A.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1997. v. 1 e 2.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Aumento de capital nas sociedades anônimas**. São Paulo. Editora Saraiva. 1998.

TEIXEIRA, Egberto Laceda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Das sociedades anônimas no direito brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Bushatsky, 1979. v. 1 e 2.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Desenvolvimento Econômico e Mercado de Trabalho

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121805

Professor: Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Introdução e análise da abordagem de Análise Econômica do Direito, com ênfase no estudo da Microeconomia e Macroeconomia aplicadas ao estudo do fenômeno jurídico. Exame das principais vertentes de Análise Econômica do Direito que possuem proximidade com o Direito e, especialmente, com o Direito do Trabalho, tais como Análise Econômica do Direito Empresarial, Análise Econômica do Direito Contratual e Análise Econômica do Direito da Regulação e Concorrencial. Estudo da economia organizacional sob a ótica dos custos de transação e da teoria da agência. Construção dos conhecimentos sobre economia da cooperação. Aplicação da teoria dos jogos nas relações empresariais com vistas a formar no aluno uma visão sobre a nova economia institucional e os custos do descumprimento contratual nas relações de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise Econômica do Direito e sua aplicação ao Direito do Trabalho. Economia Organizacional e Custos de Transação. O Mercado de Trabalho Brasileiro. Análise de Dados Estatísticos. Desalentados. Custo do Descumprimento do Contrato de Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Entender os mecanismos de tomada de decisão, aplicando o conhecimento da Microeconomia;
- b) Usar a Microeconomia como ferramenta fundamental para entendimento e previsão de comportamentos e estratégias, problematizando-a como questão basilar da realidade empresarial;
- c) Desenvolver um amplo conhecimento do campo econômico, com uma visão característica do ambiente microeconômico.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOTER, Robert Dandridge; SCHÄFER, Hans-Bernd. **O nó de Salomão**: como o direito pode erradicar a pobreza no mundo. Tradução de Magnum Eltez. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

GORGA, E. **Direito societário atual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PIMENTA, Eduardo Goulart. **Direito societário**. Porto Alegre: Editora Fi, 2107.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

TIMM, Luciano Benetti Timm (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTONELLO, Claudia S. A metamorfose da aprendizagem organizacional. In: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (org.). **Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ARAÚJO, C. L. Resenha: pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz. **Revista Economia & Gestão**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 143-145, 2004.

BARBOSA, Eliana. **O enigma da bota: enfrentando a sucessão empresarial com equilíbrio e sabedoria**. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES FILHO, C.; REIS, M. T. **Estratégia empresarial: o desafio nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Direitos Humanos e Empresas

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121806

Professor: Wilson Engelmann

EMENTA

Fenômeno da Globalização. Empresas no Contexto Internacional. Proteção aos Direitos Humanos nas Empresas. Empresas Transnacionais. A OIT e ONU na defesa dos Direitos Humanos dos Trabalhadores. Neoescravidão. Princípios Orientadores das Empresas e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Riscos Tecnológicos e Atividade Empresarial. Responsible Research and Innovation (RRI). O reflexo do RRI na estrutura organizacional dos direitos humanos nas empresas. Responsabilidade Social nas Empresas. Desenvolvimento Humano-Empresarial. O contrato de trabalho como um contrato de Direitos Humanos. Reforma Trabalhista e Direitos Humanos.

OBJETIVOS

- a) Estudar o âmbito empresarial dos Direitos Humanos;
- b) Perquirir os efeitos do estudo dos Direitos Humanos no contrato de trabalho;
- c) Estabelecer a estrutura humana como fator de desenvolvimento empresarial, fora da dualidade empregado e empregador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBOT, C. Non-state actors and the challenges of regulating new technology. **Journal of Law and Society**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 329-358, Sept. 2012.

ADAMEK, M. V. von. **Responsabilidade civil dos administradores de S/A**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BACKER, L. C. Multinational corporations as objects and sources of transnational regulation. **ILSA Journal of International & Comparative Law**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 499-523, 2008.

BROWNSWORD, R. Technological management and the Rule of Law. **Law, Innovation and Technology**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 100-140, 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 17. ed., rev. e atual. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

COLLINGRIDGE, D. **The social control of technology**. New York: St. Martin's Press, 1980.

CORTINA, A. **Cidadão do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

MARCHANT, G. E.; SYLVESTER, D. J. Transnational models for regulation of nanotechnology. **Journal of Law, Medicine and Ethics**, [s. l.], p. 714-725, winter 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=907161>. Acesso em: 30 jan. 2019.

RUGGIE, J. G. **Quando negócios não são apenas negócios**: as corporações multinacionais e os direitos humanos. Tradução de Isabel Murray, São Paulo: Planeta sustentável, 2014. *E-Book*.

SÁ E BENEVIDES, I. A.; SÁ RIBEIRO, M. R. de. A internacionalização dos direitos humanos e sua repercussão na atuação das empresas transnacionais. In: ALL, P. M.; OVIEDO ALBÁN, J.; VESCOVI, E. (dir.). **La actividad internacional de la empresa**. Bogotá: Grupo Editorial Ibáñez, 2017. p. 288-308.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DARNACULLETA I GARDELLA, M. La autorregulación regulada en la doctrina anglosajona y continental-europea. In: ARROYO JIMÉNEZ, L.; NIETO MARTIN, A. (dir.). **Autorregulación y sanciones**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2015.

ENGELMANN, W. O pluralismo das fontes do direito como uma alternativa para a estruturação jurídica dos avanços gerados a partir da escala manométrica. In: STRECK, L. L.; ROCHA, L. S.; ENGELMANN, W. (org.). **Constituição, sistemas sociais e hermenêutica**: anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS: n. 13. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. p. 247-259.

ESTEVE PARDO, J. El reto de la autorregulación o cómo aprovechar en el sistema jurídico lo que se gesta extramuros del mismo: mito y realidad del Caballo de Troya. In: ARROYO JIMÉNEZ L.; NIETO MARTÍN, A. (dir.). **Autorregulación y sanciones**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2015.

GRUNWALD, A. **The hermeneutic side of responsible research and innovation**. London: ISTE; Hoboken: Wiley, 2016. v. 5. *E-Book*.

GUSTON, D. H. Understanding ‘anticipatory governance’. **Social Studies of Science**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 218-242, 2014.

HANNUM, H. Reinvigorating human rights for the twenty-first century. **Human Rights Law Review**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 409-451, 2016.

HERBERG, M. Global legal pluralism and interlegality: environmental self-regulation in multinational enterprises as global law-making. In: DILLING, O.; HERBERG, M.; WINTER, G. (ed.). **Responsible business: self-governance and law in transitional economic transactions**. Oxford: Hart Publishing, 2008. (Oñati International Series in Law and Society).

HOFFMANN-RIEM, W. Direito, tecnologia e inovação. MENDES, G.; SARLET, I. W.; COELHO, A. Z. P. (coord.). **Direito, inovação e tecnologia**. Saraiva: São Paulo, 2015. v. 1.

HOLLINGWORTH, P. **The light and fast organization: a new way of dealing with uncertainty**. Melbourne: Wiley, 2016.

MARCHANT, G. E.; SYLVESTER, D. J. Transnational models for regulation of nanotechnology. **Journal of Law, Medicine and Ethics**, [s. l.], p. 714-725, winter 2006.

NORDMANN, A. Responsible innovation, the art and craft of anticipation. **Journal of Responsible Innovation**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 87-98, 2014.

SOBRENOME, Nome. Inovação: o motor da indústria do future. Edição de Aniversário. **Revista Exame**, São Paulo, ano 51, n. 15, p. 2-3, 2 ago. 2017.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Fusões e Aquisições

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121814

Professores: Lais Machado Lucas

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos envolvidos nos procedimentos de fusões e aquisições de empresas e institutos relacionados, visando a desenvolver capacidades para atuação no enfrentamento das diversas questões envolvidas nesses processos de reorganização societária. Serão trabalhados os diferentes momentos da alienação de participação societária, desde as primeiras aproximações das partes, informações, avaliação de empresas, auditoria, reestruturação societária, negociação, aprovações de órgãos reguladores e os respectivos contratos. Especial atenção será dedicada às relações entre questões jurídicas e econômicas nesses processos de reorganização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Due diligence: aspectos tributários, trabalhistas, societários e cíveis
- Decisões e estruturação de investimentos
- Documentos preparatórios, contratos e atos societários
- *Mergers and acquisitions (M&A)* no direito comparado
- Responsabilidade dos administradores
- Joint venture, fusão, incorporação, cisão e aquisição e seus aspectos jurídicos, econômicos e negociais em geral
- Aprovações (credores, CVM, CADE, demais entes reguladores e interessados)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTREL, Sérgio. **Fusões e aquisições**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROCHA, Dinir; QUATTRINI, Larissa. **Fusões, aquisições e organizações societárias e due diligence**. São Paulo: Saraiva: 2012.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. **Fusão, cisão, incorporação e temas correlatos**. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANAN JÚNIOR, Pedro. **Fusão, cisão e incorporação de sociedades: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BARROS, Betania Tanure. **Fusões e aquisições no brasil: entendendo as razões dos sucessos e fracassos**. São Paulo: Atlas, 2003.

BULGARELLI, Waldirio. **Fusões, incorporações e cisões de sociedades**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos de (coord.). **Reorganização societária**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

LODI, João Bosco. **Fusões e aquisições: o cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

MUNIZ, Ian. **Fusões e aquisições: aspectos fiscais e societários**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

PEIXOTO, Daniel. **Responsabilidade tributária e os atos de formação, administração, reorganização e dissolução de sociedades**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PRADO, Roberta; PEIXOTO, Daniel; SANTI, Eurico. **Estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório**. 2. ed. São Paulo: Saraiva: 2011.

SADDI, Jairo (org.). **Fusões e aquisições**: aspectos jurídicos e econômicos. São Paulo: IOB, 2002.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Temas de Direito Societário

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121799

Professores: Cristiano Colombo, Éderson Garin Porto, Fabiano Koff Coulon e Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Analisa a origem dos seus institutos típicos do direito societário e sua conformação no atual direito de empresa, a partir do entendimento do fenômeno empresarial em suas mais variadas dimensões, em especial jurídica, econômica e seus impactos sociais. Trabalha com as variedades dos tipos societários relacionando-os com as especificidades dos interesses empresariais, atentando para as soluções normativas nacionais e também internacionais, em perspectiva de direito comparado, sem perder de vista as funcionalidades do direito de empresa em um contexto de internacionalização cada vez mais relevante e de impacto exponencial de novas tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Empresarial: noções gerais, histórico e fontes;
- Teoria da empresa e do estabelecimento empresarial;
- O empresário individual. As sociedades empresárias e simples;
- Sociedades limitadas, sociedades anônimas e outras formas legais;
- Transformação, incorporação, fusão e cisão;
- Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.
- Sociedades controladoras e controladas.

- Poder de controle. Alienação e transferência de controle societário. Acionistas controladores. Bloco de controle.
- Acionistas minoritários e sua tutela jurídica.
- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores, BACEN, e demais órgãos e entidades relevantes.
- Responsabilidade dos administradores, controladores, sócios, acionistas e terceiros.
- Direito societário e processo.
- Atos societários e outros instrumentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCARELLI, Túlio. **Problemas das sociedades anônimas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CAMPINHO, Sérgio. **O direito de empresa à luz do novo código civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CARVALHOSA, Modesto de. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na sociedade anônima**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo (coord.). **Direito das Companhias**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. v. 1 e 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Responsabilidade civil dos administradores de S/A (e as ações correlatas)**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBI FILHO, Celso. **Acordo de acionistas**. São Paulo: Saraiva, 1993.

BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The modern corporation and private property**. 9. ed. New Brunswick, N. J.: Transaction Publishers, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

EASTERBROOK, Frank H.; FISCHER, Daniel R. **The economic structure of corporate law**. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Conflito de interesses nas assembleias de S.A.** São Paulo: Editora Malheiros, 1993.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Invalidade das deliberações de assembleia das S.A.** São Paulo: Editora Malheiros, 1999.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira Von. **Affectio Societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social**. Direito Societário Contemporâneo I. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, R. . **Direito Empresarial**. vol II (Sociedade anônima Mercado de valores mobiliários). 2a. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. v. 1. 317 p.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, R. **Direito empresarial: II: sociedade anônima mercado de valores mobiliários**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

HOPT, Klaus J. Deveres legais e conduta ética de membros do conselho de administração e de profissionais. Tradução de Erasmo Valladão A. e N. França e Mauro Moisés Kertzer. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 144, p. 107-119, out./dez. 2006.

KRAAKMAN, Reinier *et al.* **The anatomy of corporate law**: a comparative and functional approach. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LIMA, Osmar Brina Corrêa. **A reforma da lei das sociedades anônimas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Empresa contemporânea e direito societário**: poder de controle e grupos de sociedade. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo. **A lei das S.A.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1997. v. 1 e 2.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Aumento de capital nas sociedades anônimas**. São Paulo. Editora Saraiva. 1998.

TEIXEIRA, Egberto Laceda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Das sociedades anônimas no direito brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Bushatsky, 1979. v. 1 e 2.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Mercado Financeiro e de Capitais e Economia Internacional Gerenciamento de Risco Empresarial

Semestre: 2020/2

Carga horária: 30h/a **Créditos:** 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professor: João Zani

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos relativos ao mercado financeiro e de capitais, propiciando um maior conhecimento sobre o ambiente no qual se situa a empresa em suas relações internas e externas, com vistas a desenvolver as competências necessárias para saber atuar nos âmbitos consultivo e contencioso da advocacia empresarial e atividades afins. Teorias do Comércio Internacional: das vantagens absolutas de Adam Smith à nova Teoria do Comércio Internacional. Teoria e Prática da Política Comercial. O Multilateralismo e a Estrutura de Comércio administrada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Blocos Econômicos: teoria, mensuração e evidência. Balanço de Pagamentos e Câmbio. O Setor Externo da Economia Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Mercado financeiro e de capitais o Fundamentos. Sistema Financeiro Nacional o Mercados monetário, de crédito, de capitais, e cambial

- Multilateralismo e Comércio Internacional o Teorias de Comércio Internacional o Balanço de Pagamentos o Blocos econômicos, Mercosul o Organização Mundial do Comércio - OMC

AVALIAÇÃO

20% Participação em Sala de Aula.

80% Estudos de Caso / Apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERR, Roberto. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BACHA, Edmar. **Estado da economia mundial desafios e respostas**: seminário em homenagem a Pedro Malan. Rio de Janeiro LTC. 2015.

EIZIRIK, Nelson *et al.* **Mercado de capitais**: regime jurídico. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FUND, International Monetary. **Balance of payments and international investment position manual**. Washington: International Monetary Fund, 2009.

LOSS, Louis; SELIGMAN, Joel. **Fundamentals of securities regulation**. 5. ed. New York: Aspen Publishers, 2004.

PROENÇA, José Marcelo Martins. **Insider trading**: regime jurídico do uso de informações privilegiadas no mercado de capitais. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

QUIROGA MOSQUERA, Roberto (coord.). **O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 2010.

SZTAJN, Rachel. **Sistema financeiro**: entre estabilidade e risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SZTAJN, Rachel; FRANCO, Vera Helena de Mello. **Manual de direito comercial e mercado de valores mobiliários**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos *Compliance Programs*

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112157

Professor: Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Patrimoniais no Direito Penal Econômico-Empresarial. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. *Criminal Compliance*, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e colaboração premiada. O *nemo tenetur se detegere*, a proporcionalidade, prova ilícita, *inevitable discovery*, *independent source* e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.

- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (org.). **Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, José Faria (coord.). **Temas de direito penal econômico**. Coimbra: Coimbra, 2005.

KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; GIMENO, Iñigo Ortiz de Urbina (org.). **Compliance y teoria del derecho penal**. Madri: Marcial Pons, 2013.

SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (org.). **A prova no enfrentamento à macrocriminalidade**. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito penal econômico**: parte geral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do direito penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. **Derecho penal económico**: introducción y parte general. Lima: Grijley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLER, Germán. **Criminalidad del poder económico**: ciência y práxis. Buenos Aires: Editorial Bdef, 2011.

ANDRADE, Manuel da Costa. Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma teoria geral). In: MONTE, Mário Ferreira (org.). **Que futuro para o direito processual penal**. Coimbra: Coimbra, 2009.

BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. **Direito penal e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de dinheiro**: São Paulo: Atlas, 2014.

CARLI, Carla Veríssimo de (org.). **Lavagem de dinheiro**: prevenção e controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

CAVERO, Percy García. **Criminal compliance**. Lima: Palestra, 2014.

CERVINI, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. **Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos**: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal. São Paulo: RT, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **La política criminal en la encrucijada**. Buenos Aires: Bdef, 2007.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica**: teoria do crimes para pessoas jurídicas. São Paulo: Atlas, 2015.

MANN, Kenneth. **Defendig white collar crime**: a portrait of attorneys at work. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **Libertad económica o fraudes punibles**: riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SUTHERLAND, Edwin H. **El delito de cuello blanco**. Prefácio Rosa del Olmo. Madrid: La Piqueta, 1999.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais II - Escrita Acadêmica

Ano/Semestre: 2020/2

Carga horária: 30h/a

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T08

Professor: Rove Luiza de Oliveira Chishman

EMENTA

O seminário tem como objetivo discutir as principais características da escrita acadêmica, enfocando estratégias de aprimoramento desse gênero textual para a redação de artigos científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A construção do posicionamento argumentativo no gênero artigo científico.

A constituição básica de um artigo científico: contextualização e delineamento da pesquisa, revisão bibliográfica, metodologia e conclusões.

O funcionamento dos mecanismos textuais-discursivos na escrita acadêmica: coerência, coesão, conectivos, paralelismo, paráfrase etc.

OBJETIVOS

- Compreender as especificidades da construção do conhecimento na pesquisa científica;
- Desenvolver a argumentação escrita para a elaboração de textos acadêmicos;

- Aprimorar a escrita acadêmica para a elaboração de artigos científicos.

METODOLOGIA

Aulas expositivas enfocando aspectos da linguagem científica, com especial atenção às produções em forma de artigo científico desenvolvidas na área de conhecimento dos alunos que integram a disciplina. Exercícios de escrita, revisão e reescrita de textos acadêmicos, com vistas ao aprimoramento textual e adequação ao gênero.

AVALIAÇÃO

Avaliação contínua, privilegiando a participação dos alunos por meio de discussões em sala de aula e apresentação de suas produções escritas (30% da nota), além da entrega de um trabalho final, que consiste em um trecho de um artigo científico (70%).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. José Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WRAY, A.; BUTLER, C.; BLOOMER, A.; TROTT, K.; REAY, S. **Projects in linguistics**: a practical guide to researching language. Oxford: Oxford University Press, 1998.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Semestre: 2020/2

Carga horária: 15 - **Créditos:** 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do Direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional. Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada. Nanotecnologia e Autorregulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As relações contemporâneas entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.
- A responsabilidade social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias: o *framework* de John Gerard Ruggie e os Direitos Humanos.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;
- Elaboração e apresentação de seminário;
- Relatório de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ENGELMANN, W. **Nanotechnology, law and innovation**. Saarbrücken, Deutschland: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011.

MATEO BORGE, Iván. La robótica y la inteligencia artificial en la prestación de servicios jurídicos. In: NAVAS NAVARRO, Susana (dir.). **Inteligencia artificial, tecnología, derecho**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017. p. 123-150.

OST, F.; KERCHOVE, M. van de. **El sistema jurídico entre orden y desorden**. Tradución de I. Hoyo Sierra. Madrid: Servicio Publicaciones Facultad Derecho, 1997.

PARKER, Christine; HOWE, John. Ruggie's diplomatic project and its missing regulatory infrastructure. In: MARES, Radu (ed.). **The UN guiding principles on business and human rights: foundations and implementation**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012. p. 273-301.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Recomendação da Comissão de 7 de fevereiro de 2008. Relativa a um código de consulta para uma investigação responsável no domínio das nanociências e das nanotecnologias [notificada com o número C(2008) 424] (2008/345/CE). **Jornal Oficial da União Europeia**, Luxemburgo, n. L 116, p. 46, 30 abr. 2008. Anexo: Código de Conduta para a Investigação Responsável no Domínio das Nanociências e das Nanotecnologias. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32008H0345:PT:HTML>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMISSÃO EUROPEIA. Recomendação da Comissão de 18 de outubro de 2011 sobre a definição de nanomaterial (Texto relevante para efeitos do EEE) (2011/696/UE). **Jornal Oficial da União Europeia**, Luxemburgo, n. L 275, p. 38, 20 out. 2011. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_.2011.275.01.0038.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2011%3A275%3ATOC. Acesso em: 19 jan. 2018.

DELMAS-MARTY, Mireille. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. In: PARDO, José Esteve (coord.). **Derecho del medio ambiente y administración local**. 2. ed. Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2005.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DIAZ, Miguel. La normalizacion tecnica como obstaculo al comercio internacional: precisiones conceptuales basicas para discernir el problema. **Ciencias económicas**, San Jose, v. 29, fasc.1, p. 319, 2011.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. **A Responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental**: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à lei 9.605/98. Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ENGELMANN, Wilson; BERGER FILHO, Airton Guilherme. As nanotecnologias e o direito ambiental: a mediação entre custos e benefícios na construção de marcos regulatórios. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 59, p. 50-91, jul./set. 2010.

GARDELLA, M. M. D.; PARDO, J. E. **Autorregulación y derecho público**: la autorregulación regulada. Espanha: Marcial Pons, 2005.

UNESCO. **Ética y política de la nanotecnología**. Paris: UNESCO, 2007. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145951s.pdf. Acesso em: 19 jan. 2018.